



INFORMATIVO

O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

370 anos da Primeira Batalha dos Guararapes -100 anos da participação do Brasil na I GM

ANO 2018

Março

Nº 263

2018 – ANO DO CENTENÁRIO DE MORTE DE OLAVO BILAC (II)

Professora Aileda de Oliveira

Dr^a em Língua Portuguesa, Acadêmica Fundadora da ABD, Membro do CEBRES

Bilac, a Soberania e a Defesa Nacional

Bilac não deixava de ser um romântico, no sentido de “sonhar” com um Brasil integrado, defendido, soberano. Quantas conferências foram realizadas, a fim de bater na mesma tecla da vigilância crescente que os militares deveriam manter para não serem surpreendidos pelas circunstâncias que levam um país aliado a tornar-se um país adversário!

“Desgraçado o animal inferior ou superior, que não pode defender e conservar a sua nutrição! E desgraçado o país, que não pode defender e conservar a sua liberdade e o seu trabalho, e, com a sua liberdade e o seu trabalho, a sua honra!”

Essas reflexões, em forma exclamativa, liberavam a ansiedade que sentia por saber que o Brasil engatinhava (como hoje, ainda) na responsabilidade de ter que se resguardar de uma situação político-militar (Primeira Grande Guerra) que já se avizinhava e de seu peculiar costume de procrastinar todas as ações prioritárias, como permanece até os nossos dias.

Essas reflexões, jogou-as à plateia, a fim de que servissem de estímulo a uma tomada de consciência de brasilidade, de apego à terra, nas sucessivas conferências públicas que seguidamente realizou no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e no Paraná sobre o mesmo tema.

Por essa razão, neste segundo texto sobre o grande Bilac, focalizamos a preocupação que tinha com a unidade territorial, que só é conquistada com a prática constante da vigilância de suas fronteiras e fortalecimento de suas instituições de defesa. Inserido nesse contexto, Bilac não esqueceu o idioma nacional. Falaremos dele em outro artigo.

Mas para que essa integração fosse plena, teriam as instituições responsáveis que estar compromissadas com a sua missão e que se dispusessem a cumpri-la, com patriotismo. Sem instituições cientes da responsabilidade de sua missão, o país seria um pasto aberto a qualquer peão vizinho que se dispusesse a atravessar a fronteira como está acontecendo, nesse momento, no Rio Grande do Sul, por ocasião do julgamento do Grande Verme, sem que os órgãos responsáveis emitam um gemido de insatisfação, um vagido de estupefação. Tudo vai bem neste país de povo sem vontade, sem ânimo, biologicamente apático.

Se o entra e sai de cubanos e afins em Porto Alegre não é o momento exato de se dizer que o Brasil tem dono, afinal quando é o momento certo de se defender a soberania de uma nação? Sabemos, pela diretriz da baixa política brasileira, que fica a critério de governos perjuros

e traiçoeiros deixarem entrar arruaceiros de qualquer parte do mundo para denegrirem ainda mais o país e desmoralizá-lo ante a covardia do Ministério das Relações Exteriores em tomar decisões que visem a contrariar amigos ideológicos. Todos cúmplices! Todos covardes!

Se vivesse, Bilac não resistiria ao choque de mediocridade política de entreguistas que tomou posse do Brasil, cujo cinismo ultrapassa os limites racionais e que permanecem em atividade, impunemente, abraçados à Justiça comparsa.

Por que foi criada a Liga da Defesa Nacional?

Que Bilac era um homem preocupado com a unidade nacional foi reiterado acima. Era chegada a hora de transformar essa ideia em força uterina, difundi-la, levá-la a quem quisesse ouvi-la. Para esse fim, fundou com seus amigos Miguel Calmon e Pedro Lessa um centro de **estímulo, de encorajamento, de civismo para que a palavra ‘patriotismo’ fosse entendida como ‘amor ao solo pátrio, à sua cultura, à sua história’ e que esse ensinamento fosse matéria viva na instrução primária.**

Não o patriotismo oscilante, vago, individual, mas o patriotismo coletivo que faz de um país uma nação, que faz de um ajuntamento, um povo.

A esse centro divulgador de ideias deu o nome de Liga da Defesa Nacional para que ocupasse os espaços que ele, Bilac, não poderia sozinho preencher. A extensão territorial do Brasil, a ausência de disciplina e planejamento governamental, a escassez de meios de comunicação, o próprio complexo de inferioridade que permeava (e permeia) o semblante da maioria dos brasileiros, a precariedade dos meios sanitários, uma ausência de organização tal, que jamais poderia o país sair da estagnação sem que fosse sacudido por um trabalho de reação que cabia à Liga da Defesa Nacional executar.

Foi taxativo Bilac ao declarar “que a defesa nacional é tudo para a nação”. E o que representa a “nação” para Bilac?

“É o lar e a pátria; a organização e a ordem da família e da sociedade; todo o trabalho, a lavoura, a indústria, o comércio; a moral doméstica e a moral política; todo o mecanismo das leis e da administração; a economia, a justiça, a instrução; a escola, a oficina, o quartel; a paz e a guerra; a história e a política, a poesia e a filosofia; a ciência e a arte; o passado, o presente e o futuro da nacionalidade.”

A organização da Defesa Nacional não se faz necessária unicamente quando o país está em perigo imediato. Como disse o conferencista:

“Mas a boa e verdadeira defesa tem que ser preventiva. Se não há perigos imediatos que nos cerquem, há incontestavelmente sempre perigos latentes, próximos ou remotos, prováveis ou ao menos possíveis, que ameaçam constantemente todas as nacionalidades, ainda as mais sólidas, fortes e armadas; nada é perfeito nem eterno, na contingência da vida humana”.

Mas quem vai ler Bilac, dar-lhe ouvido, se o Brasil está emperrado pelas mentes idiotizadas, **“cabeças duras”, senhoras da improvisação? Como podemos confiar que somos realmente soberanos, após lermos mais uma passagem da conferência do grande patriota?**

“A defesa, para ser profícua, deve ser diligente, atenta, resistente, vigilante e progressiva. Deve ser diligente: o ócio é a estagnação; a preguiça é um declive fatal para a morte. Deve ser atenta: um minuto de descuido pode acarretar um desastre irremediável. Deve ser resistente: a resistência fortalece o organismo que se defende, e enfraquece o outro organismo que ataca. Deve ser vigilante; um minuto de atraso na conservação própria é um adiamento para a conservação alheia; a vida é curta, e todos os momentos da sua duração são preciosos. E, enfim deve ser progressiva: quem para, morre”.

Será que somos profícuos, diligentes, atentos, resistentes, vigilantes? Queria ter a certeza de que a nossa soberania seria ou será defendida, já que não vimos e nem soubemos de **nenhuma poeirinha levantada lá nas terras do Sul, onde o Réu e seu “exército”** de hunos tupiniquins continuam dando as suas rasteiras e nada acontece! Absolutamente, nada acontece!

Afinal, quem defende quem, no Brasil?

Enquanto isso, a LDN – Seção Rio continua silenciosa, sem sabermos se ainda defende e executa as normas de Bilac de reação ao sectarismo governamental, hoje, altamente corrupto,

sem qualquer resquício de moral. Talvez, a LDN – Rio, ela própria, tenha perdido o estímulo de que era divulgadora na época de sua fundação. Logo a do Rio, local de sua criação, silencia quando mais alta a sua voz deveria ser ouvida. Acorda, LDN! Sua voz é urgente e indispensável!

Fontes: BILAC, Olavo. Obra Reunida, Nova Aguillar.
BILAC, Olavo. A Defesa Nacional. Biblioteca do Exército



ESTA FRASE TEM 2067 ANOS

**CITAÇÃO DE MARCO TÚLIO CÍCERO,
SENADOR ROMANO**

"O orçamento deve ser equilibrado,
o Tesouro Público deve ser repostado,
a dívida pública deve ser reduzida,
a arrogância dos funcionários públicos
deve ser moderada e controlada,
e a ajuda a outros países deve ser
eliminada,
para que Roma não vá à falência.
As pessoas devem novamente
aprender a trabalhar, em vez de viver às
custas do Estado! "

Ano 55 AC .

Hino da Independência

Música: Dom Pedro I – Letra: Evaristo Ferreira da Veiga e Barros

JÁ PODEIS, DA PÁTRIA FILHOS
VER CONTENTE A MÃE GENTIL
JÁ RAIOU A LIBERDADE
NO HORIZONTE DO BRASIL

BRAVA GENTE BRASILEIRA!
LONGE VÁ... TEMOR SERVIL
OU FICAR A PÁTRIA LIVRE
OU MORRER PELO BRASIL

OS GRILHÕES QUE NOS FORJÁVA
DA PERFÍDIA ASTUTO ARDIL
HOVE MÃO MAIS PODEROSA
ZOMBOU DELES O BRASIL

BRAVA GENTE BRASILEIRA!
LONGE VÁ... TEMOR SERVIL
OU FICAR A PÁTRIA LIVRE
OU MORRER PELO BRASIL

NÃO TEMAIS ÍMPIAS FALANGES
QUE APRESENTAM FACE HOSTIL
VOSSOS PEITOS, VOSSOS BRAÇOS
SÃO MURALHAS DO BRASIL

BRAVA GENTE BRASILEIRA!
LONGE VÁ... TEMOR SERVIL
OU FICAR A PÁTRIA LIVRE
OU MORRER PELO BRASIL

PARABÉNS, Ó BRASILEIRO
JÁ, COM GARBO VARONIL
DO UNIVERSO ENTRE AS NAÇÕES
RESPLANDECE A DO BRASIL

BRAVA GENTE BRASILEIRA!
LONGE VÁ... TEMOR SERVIL
OU FICAR A PÁTRIA LIVRE
OU MORRER PELO BRASIL.



FORTIFICAÇÕES

Evolução e influência sobre a arte da guerra e a doutrina militar na Era Moderna

Rayanne Gabrielle

As fortificações são dotadas de importância militar desde a Antiguidade, da edificação de muralhas até o encastelamento de edifícios dentro de muros projetados para serem intransponíveis. Na Idade Moderna, as fortificações ganharam versões, plantas, tamanhos, objetivos e funções diversificados, tendo em vista a mudança gradual na forma de se fazer a guerra e da utilização dos recursos disponíveis aos governos e tropas. O advento e a difusão contínua das armas de fogo, cada vez mais aprimoradas para ampliar as distâncias, a velocidade e a precisão do tiro disparado, influenciaram significativamente a funcionalidade das fortificações, assim como o deslocamento incessante dos exércitos e seus suprimentos precisavam ser melhor pensados e salvaguardados. A guerra, portanto, passou a ser melhor planejada, de modo a que seus soldados e comandantes pudessem sustentá-la por longos períodos e em territórios, por vezes, difíceis de conquista sobre o inimigo. E as fortificações teriam um papel determinante nessa nova forma de pensar a doutrina e a arte militares, sendo válido salientar que muito do que se modificou a respeito no período em estudo se estendeu à Contemporaneidade, a qual relegou muitas das fortificações a outros usos e significados em tempos de paz ao longo dos séculos.

Azevedo (1998, p. 135) afirma que no período renascentista, devido à centralização do poder real e o consequente surgimento dos exércitos permanentes, “[...] a artilharia foi ganhando maior poder pelo progresso de seu material e pelas modalidades em que foi empregada”, o que modificou a importância e gerou o progressivo desaparecimento da armadura medieval e alterou o aspecto das fortificações do senhor feudal. Ao invés das torres centrais dos castelos, prossegue o autor, “[...] viam-se baluartes baixos e angulosos, cortinas bastante disfarçadas e quase invisíveis, enfim, modificações introduzidas no sistema defensivo dos castelos com o fito de fazer frente ao canhão e resistir aos seus projéteis”, algo que os castelos fortificados do Feudalismo não foram capazes de suportar. Para as fortificações modernas, novos e mais resistentes materiais deveriam ser empregados, num avanço tecnológico proporcional ao avanço das armas de fogo portáteis e não-portáteis até então desenvolvidas.

A consequência maior dessas modificações apareceu nos campos de batalha com a chamada guerra de sítio, a “guerra dos reis” por excelência, na qual “[...] as formas complicadas de ataque, as medidas de segurança e o aproveitamento das tropas atacantes e as disposições tomadas para a redução, pela fome, das forças sitiadas” (AZEVEDO, loc. cit.) levaram pequenos e grandes exércitos a passar mais tempo fora de suas nações e a realizar poucos movimentos contra o inimigo. Foram pouquíssimas as batalhas campais realizadas no período se comparada ao estudado na Idade Média. Além de uma guerra mais imóvel, exigia-se um nível de paciência e planejamento tático-estratégico considerável por parte dos comandantes militares, os quais ainda contavam, no grosso de suas tropas, com soldados mercenários procedentes de diversas nacionalidades. Para Santos (1998, p. 86), a invasão aos sítios fortificados exigiu também dos exércitos modernos sua prisão às estradas legadas pelo Medievo, barradas constantemente pelas fortalezas edificadas e ameaçando as linhas de comunicação inimiga. Além disso,

[...] não havia, no século XVI, como princípio, a procura da destruição do adversário pela batalha. Os exércitos davam mais importância à conquista de uma cidade ou de uma praça forte pelo cerco e, nesse meio tempo, procuravam, por meio de marchas e contramarchas, ameaçar as vias de transporte dos assediados. Uma vez logrado esse objetivo, ficava o sítio comprometido, indo, então, o sitiante investir outra cidade ou praça forte, ou se retirava definitivamente, encerrando-se a campanha. (SANTOS, op. cit., p. 92)

O excesso de suprimentos, armamentos e de material de campanha, de um modo geral, carregado pelas tropas em marcha contribuiu para a demora nas contendas e exigiram o melhoramento das estradas, dos transportes e uma maior preocupação com a logística de guerra. As próprias fortificações, próprias ou conquistadas, tiveram como uma de suas principais serventias o resguardo dos suprimentos e armamentos dos exércitos, servindo como entrepostos de abastecimento quando necessárias durante um cerco prolongado, por exemplo. Isso não significou que estivessem, por isso, seguras. Atacar um ponto logístico de vital importância para uma tropa inimiga era o mesmo que decretar sua derrota. Sabe-se, na História, que exércitos famintos, mal armados e uniformizados pouco ou nenhum êxito lograram. Por isso a preocupação dos chefes militares em melhor garantir suas fortificações.

A guerra de conquista, da qual Portugal foi um dos principais mestres desde o final da Idade Média, teve como predominância para a vitória ou a derrota dos reinos desbravadores a geografia do terreno, algo que influenciou sobremaneira a arte de edificar fortificações, praças-fortes e suas congêneres. A posse de pontos geográficos ou posições-chave era o objetivo de cada exército e não necessariamente o exército inimigo (AZEVEDO, 1998, p. 139). Os holandeses ficaram conhecidos por obterem melhores resultados na guerra de sítio por causa de seu ambiente geográfico, cercado por diques, pântanos, estuários, canais e inundações numerosas, o que exigia deles suportar, sem carecer de abastecimento, sítios longos e monótonos e erguer fortificações de forma defensiva, dada a impossibilidade de movimentação das tropas (SANTOS, 1998, p. 96). Interessante pontuar que o ataque às principais fortalezas do Brasil durante as Invasões Holandesas (1624-54) e sua consequente ocupação como ponto de defesa e abastecimento no litoral, onde se situavam e como já funcionavam, é proveniente da forma como se fazia a guerra em território neerlandês e em todo o continente europeu. Conquistando a fortaleza ou a praça forte do território inimigo, conquistava-se seu coração e a guerra era dada como finalizada. Os saques às cidades conquistadas realizados pelas tropas, a diversão dos exércitos espanhóis, era considerado outro fator preponderante, ao mesmo tempo em que era consequência, das guerras de sítio, o que obrigaram muitos comerciantes e burgueses, de um modo geral, a financiar a construção de fortificações e a engrandecer a figura do engenheiro ou arquiteto (SANTOS, loc. cit.; AZEVEDO, op. cit., p. 136), levando beleza e conhecimento científico ao meio militar. Vauban, o maior expoente da arquitetura militar da chamada Escola Francesa, chegou ao ponto de criar estruturas provisórias, como trincheiras e aterros, de ataque e defesa durante o conflito (PRATA, 2011, p. 140), inovando na arte de fazer guerra de sítio e posição.

Vários tratados, durante e posterior à Idade Moderna, relacionados à arte e arquitetura militares surgiram para explicar o significado das fortificações, suas funcionalidades e modos de erguê-las – ou derrubá-las – e defendê-las ou usá-las como posto ofensivo em campanha, o que fez a cabeça de reis e chefes militares do período. No Brasil, o Tenente-General de Artilharia da Praça de Pernambuco Diogo Vellozo, no ano de 1743, escreveu no Tomo I de seu tratado sobre arquitetura militar moderna os aspectos relativos à edificação de fortalezas, afirmando como os dois principais fins da fortificação a resistência de um pequeno número de gente ao ataque inimigo e a conservação em segurança dos habitantes do lugar fortificado contra os acidentes da guerra (VELLOZO, 2005, p. 27). Na própria obra, reeditada na década anterior, percebe-se a influência da arquitetura italiana sobre o desenvolvimento da arquitetura militar no Brasil português, algo percebido também em trabalhos do gênero provenientes de outros lugares da Europa. O Comandante de Infantaria espanhol D. José María Esclus y Gómez, já em 1845, publicou um verdadeiro curso de arte e história militar dividido em três partes. O capítulo V da última parte destina-se a falar sobre as fortificações, destacando-se os oito objetivos elencados pelo autor sobre o porquê de um governo construir praças fortes. Apesar de o comandante ser um homem contemporâneo e influenciado pelo Iluminismo ainda vigente em sua época, as ideias e conceitos a respeito das fortificações sobre a arte e a doutrina militares ainda são modernos, portanto, válidos para o estudo em questão. Segundo D. José María, os oito objetivos são: as fortificações deveriam servir como grande depósito de materiais para os exércitos quando distantes e como hospitais necessários às operações de campanha; assegurar os pontos de embarque e desembarque das tropas, surpreender o inimigo, abrigar os arsenais marítimos, de modo a que o terreno permitisse tornar impossível os bombardeios, quando as fortificações fossem erguidas no litoral; quando edificadas nas fronteiras, as fortificações deveriam proteger uma parte da população e das riquezas locais do ataque inimigo, conservando os homens e o dinheiro, privando o inimigo dele; quando construídas sobre rios e pântanos em regiões fronteiriças, deveriam estabelecer meios de passagem para operações militares quando necessário; quando em regiões elevadas, como serras e montanhas, deveriam estabelecer passagens fechadas para operações militares, de modo a que pudesse transpor os obstáculos impostos pelo relevo; quando construídas em regiões lamacentas, deveriam obrigar o inimigo a se expor ao fogo das guarnições ou que tornasse difícil para eles executar suas manobras; e, por último, proporcionariam etapas resguardadas, isto é, planejadas pelo exército para dar continuidade a sua defesa das incursões bélicas inimigas (VELLOZO, 2005, p. 140).

Através dos objetivos de D. José María, percebem-se vários aspectos a respeito da construção de fortificações. O primeiro deles é a necessidade de se erguer fortificações atuando como meio auxiliar dos exércitos e como elemento último e influenciador da forma como se darão as operações defensivas e ofensivas dos exércitos em litígio. A geografia atua como segundo aspecto observado, pois dependendo de onde a fortificação seja construída, vai depender também o uso dos recursos disponíveis na região em redor para a defesa do local. O terceiro aspecto, complementar ao segundo, é a importância estratégica do litoral, das fronteiras e dos locais elevados para a construção de fortificações, bem como de cidades economicamente estáveis, o que influencia consideravelmente a tomada de posição inimiga e determina o seu aparelhamento bélico para atingir, de forma

ofensiva, o coração do adversário. O último aspecto refere-se ao conjunto artilharia-fortificação. Sabe-se que dependendo de onde a fortificação for erguida, será diferente o material empregado em sua arquitetura, o que influencia diretamente o que o inimigo irá utilizar belicamente contra ela. Tal relação é reveladora da simbiose entre o desenvolvimento da artilharia e da edificação das fortificações, comparável, no mesmo período, ao acompanhamento proporcional do desenvolvimento bélico com o desenvolvimento dos navios de guerra, testados nas grandes batalhas navais entre as potências coloniais e suas possessões ultramarinas ao redor do globo.

Mas o tempo áureo das fortificações chegaria a termo e vê-se hoje o resultado das guerras de sítio e de posição refletidas no uso que se faz dos baluartes modernos. Conforme lembra Prata (2011, p. 143), a constância no aperfeiçoamento das armas de fogo tornaram as fortificações pouco importantes para a continuidade da guerra, fazendo desaparecer seu valor funcional e de segurança antes tão enfatizado. O que fazer com essas grandes e onerosas construções levou-as a uma readaptação que resultou em sua utilização como quartéis, batalhões militares, depósitos, museus, total abandono ou destruição, como aconteceu a muitas delas aqui no Brasil. Acrescente-se a isso a mudança de mentalidade das sociedades modernas, com o advento das Revoluções Industrial e Francesa e com o Iluminismo no final do período, do desvio dos objetivos bélicos dos líderes políticos e militares, agora voltados para a manutenção das colônias conquistadas que ainda não clamaram por sua independência, e a ocupação desmedida de novos lugares, como uma maneira de impor seu imperialismo e demonstrar sua força por meio de atividades militares, tanto para os novos subjugados quanto para as potências rivais no jogo internacional.

A influência das fortificações na arte e doutrina militares na Europa e nos lugares em que seus países insistiram em estarem presentes ao redor do mundo refletiu a forma de se fazer guerra num período de transição entre o movimentado Medieval religioso-belicista para a Contemporaneidade, cujo auge de se fazer e transformar a guerra viria rapidamente e em grande escala por meio da totalidade de sua realização. Usada como proteção de populações e tropas, como elemento logístico e auxiliar dos exércitos em marcha ou em sítio prolongado, como assinalação de ponto geográfico-estratégico a ser defendido, como objetivo a ser conquistado, como “arma” permanente ou temporária de defesa e ataque, como obra de arte da arquitetura de seu tempo, a fortificação e suas tipologias desenvolvidas caminharam em conjunto com o aperfeiçoamento da artilharia, mas não conseguiram acompanhá-las por mais tempo devido à necessidade crescente de movimento dos exércitos, caindo em desuso para fins bélicos. Contudo, auxiliou, ao instaurar a guerra de sítio e de posição, no aprimoramento dos constituintes táticos e estratégicos e influenciou, decisivamente, a abertura de escolas de engenharia, inicialmente voltadas para fins militares. As novas funcionalidades das fortificações, apesar da extinção delas em vários casos, ajudam a preservar a história, a arte e o conhecimento de uma época de se fazer guerra e entender as consequências dos fins alcançados para as sociedades envolvidas, quer direta ou indiretamente, nos conflitos da nobreza moderna.

Referências:

- AZEVEDO, Pedro Cordolino F. **História Militar**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. (Biblioteca do Exército, 663. Col. Marechal Trompowsky, vol. 12)
- ESCLUS Y GÓMEZ, José María. De la fortificación. In: _____. **Curso Completo del Arte y de la Historia Militar**. Madrid: Imprenta del Siglo, 1845. (Parte Tercera, Cap. V)
- PRATA, Maria Catharina R. Q. Fortificações: símbolos políticos de domínio territorial: o papel desempenhado pela Engenharia Militar na América Portuguesa. **Vértices**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 13, n. 12, p. 127-45, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://www2.cm-evora.pt/castelosdeportugal/assets/35-fortifica%C3%A7%C3%B5es-s%C3%ADmbolos-pol%C3%ADticos-de-dom%C3%ADnio-territorial.pdf>>.
- SANTOS, Francisco Ruas. Idade Moderna (1453-1789). In: _____. **A Arte da Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. (Biblioteca do Exército, 662. Col. Marechal Trompowsky, vol. 13)
- VELLOZO, Dyogo Sylveyra. **Arquitetura Militar ou Fortificação Moderna**. Salvador: Ed. da UFBA, 2005. (Tomo I, Iconografia). Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/5r38c/pdf/vellozo-9788523208868.pdf>>.



EDITOR: LUIZ ERNANI CAMINHA GIORGIS, Cel Inf EM, Presidente da AHIMTB/RS
 lecaminha@gmail.com

Sítes: www.ahimtb.org.br e www.acadhistoria.com.br

Síte do NEE/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br

Síte do Núcleo Militar de Gramado: www.nucleo.com

Blog da Delegacia da AHIMTB/RS em Cruz Alta:

<http://acadhistoriacruzalta.blogspot.com.br/>